

## As diretrizes da política ameríndia no Brasil

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES  
Ajudante técnico do I. N. do Livro

Na América um dos problemas de maior relevância é o que diz respeito às diretrizes da política a ser observada em relação aos indígenas.

Essas *minorias nativas*, como as denominam os norte-americanos, representam verdadeiros quistos sociais, cuja solução ainda não foi, realmente encontrada.

A política a seguir, a direção correta que se deve tomar para a incorporação dos "*numerus clausum*" ainda é objeto de estudo e exame por parte dos modernos pesquisadores.

Os Estados Unidos da América do Norte tem dado um exemplo admirável de constância e esforço, na solução de tão importante matéria. E alguns países americanos tem seguido a orientação que os mestres norte-americanos indicam para a incorporação lenta, mas definitiva dos ameríndios.

No Brasil, historicamente, a catequese jesuítica foi a primeira etapa. A feição intelectualista e formal, que imprimiram os jesuítas à obra, dificultou o seu êxito. Devido mesmo a essa feição, ela tornou-se deletéria e desintegradora, desambientando o índio à cultura ocidental e forçando-o a abandonar a cultura dos seus grupos.

Esse primeiro ciclo falhou, mas o seu exemplo ficou para lembrar aos brasileiros a necessidade de continuar a obra iniciada.

O Serviço de Proteção aos índios representa, por sua vez, a segunda e grande etapa. Etapa benfazeja, dirigida pelo grande brasileiro Gal. Rondon, cujos trabalhos já o fizeram merecedor da benemerência da nação.

O programa do Serviço de Proteção aos índios tem sido magnificamente cumprido. A tarefa imensa e humana a que se propôs tem obtido

os melhores resultados. E para isso não necessitamos falar: o Prof. Roquette Pinto, que teve oportunidade de ver, pessoalmente, o trabalho do referido Serviço, já declarou: "a obra científica e social de Rondon não pode ser assás admirada; este livro (*Rondônia*) dará pálida demonstração de tal asserto".

A obra de concórdia dos brasileiros civilizados com os seus irmãos primitivos é das que se impõem ao respeito e à admiração do povo brasileiro. Nunca será demasiado o louvor aos brasileiros que "desbravando terras e amansando homens" souberam continuar, com caráter humano, a obra iniciada de incorporação dos índios do Brasil.

Mas, por isso mesmo que cuidaram de pacificar, de amansar, de vigilar, deixaram de realizar um programa mais amplo e mais próximo das modernas orientações da política ameríndia.

Os ligeiros reparos que estamos fazendo ao programa do Serviço são feitos com o sentido de crítica construtiva. O reconhecimento da obra não impede que, discordando do sentido de vigilância e do objetivo de pacificação, apresentemos sugestões para o prosseguimento de tão útil Serviço.

O verdadeiro sentido, o grande objetivo de qualquer programa de política ameríndia deve ser não só de pacificar mas, principalmente, de civilizar. A obra de civilização significa elevar o nível de vida das populações ameríndias. O nível que se deve procurar erguer é, não só o da vida espiritual, como também o da vida material. Um não existe sem o outro. Para que seja possível o erguimento intelectual dos grupos ameríndios se faz necessário que consigamos melhorar também

o meio social em que vivem. Ver-se-à, pelo correr da exposição, que há possibilidade de se conseguir tal *desideratum* desde que se obedeça a certos critérios científicos e a certos planos construídos de acordo com as mais recentes conquistas no terreno da etnologia.

Há uma série enorme de pequenos fatos, pequenas falhas que, muita vez, dificultam a realização de uma obra e, por isso mesmo, sugerem a planificação de outras tarefas mais certas e realizáveis.

A etnologia, a etnografia, a educação, a psicologia e a própria sociologia são as principais ciências a que devemos recorrer para uma melhor programação dos nossos objetivos em mira. A etnologia, especulando sobre o material descrito pela etnografia, a educação e a psicologia nos fornecendo as bases seguras da orientação pedagógica a seguir no tratamento, e a sociologia descrevendo e analisando o ambiente social e cultural, nos favorecem a solução da Problemática ameríndia no Brasil.

O problema, bem o sabemos, é mais prático do que teórico, mas é impossível que sejamos felizes, praticamente, si não seguirmos certas linhas gerais que a teoria nos oferece.

#### *A planificação e o seu sentido*

A característica mais acentuada dos modernos governos é a tentativa de planificação. E é no campo da administração pública que se verifica essa orientação moderna de governo. Organizar dentro de uma sistemática geral, é a palavra de ordem dos governos que pretendem realizar e permanecer. Os serviços públicos, como função social do Estado, devem ser determinados com *a priori* estabelecidos.

Esses *a priori* são categorias fundamentais da vida nacional, procurados, principalmente, na história do povo que se quer dirigir administrativamente.

Não cabe discussão, neste trabalho, entre os partidários da necessidade do recurso à história como fonte essencial para o estabelecimento de normas gerais do plano de organização e aqueles que julgam que se pode ter uma perspectiva geral das linhas a seguir, sem que se torne necessário ir às fontes da vida nacional. O que se quer salientar aqui é a característica essencial dos modernos governos — *planificação*. Si pretendem os governos poder dirigir com visão o

espírito construtivo, é necessário que usem desta técnica moderna de direção administrativa.

#### *O plano*

Como, pois, planificar a Política ameríndia no Brasil? Só pela criação de um Departamento que se oriente de acordo com o que já acima expusemos.

O processo que deveremos seguir para a organização da política ameríndia tem que se basear em certos *princípios essenciais* que pretendemos esboçar agora.

Em primeiro lugar a necessidade de organização e administração do programa de política ameríndia deve ser, claramente, reconhecido pelo governo federal.

O Departamento se dividirá nas seguintes secções: 1) Órgão de pesquisa regional; 2) Órgão de assistência social, submetidos ao Órgão geral de direção ao qual caberão a direção, coordenação e cooperação dos órgãos acima, a provação das pesquisas, a direção da assistência e a centralização de todos os serviços administrativos.

#### *1) Órgão de pesquisa regional*

E' a secção estática da organização. E' o órgão de teoria e análise. Cabe-lhe, principalmente, a tarefa de estudar os grupos específicos. A tarefa de descrição e análise deste órgão teórico se deve dirigir, especialmente, a esses grupos.

Depois justificaremos porque consideramos essencial a noção de *grupos específicos*. Estudos progressivos devem sugerir os métodos e processos de assistência social — inquéritos sociais e etnográficos com instruções e normas de conduta a serem seguidas. O trabalho de pesquisa regional é necessidade fundamental para o desenvolvimento mais profundo e extensivo do Departamento. Promovendo e realizando pesquisas, de acordo com a moderna técnica do "social case work", caberá a esta secção a orientação teórica do Departamento central. Os problemas de ensino, de trabalho e saúde, as análises de profissões melhor ajustadas à organização social dos índios, o estudo das indústrias locais, das necessidades do meio e do próprio meio social ficam submetidos a essa secção. Esta divisão proporá e fará realizar as pesquisas e publicará os seus resultados. Terá, assim, a seu cargo o empreendimento de uma enorme tarefa: a análise e a síntese dos fatos colhidos.

2) *Órgão de assistência social*

E' a divisão dinâmica, de ação e de realizações. Os programas propostos pela secção anterior serão levados a efeito por esta secção.

Esta divisão terá por objetivo a realização da assistência social, que se dividirá em : a) organização do ensino ; b) organização do trabalho ; c) organização da saúde.

a) *Organização do ensino*. — Si para nós a etapa que se impõe agora é a de *civilizar o índio*, trazê-lo à comunhão nacional, e não a de vigilância e pacificação, assume um carater importantíssimo o problema da educação do ameríndio. Como educá-lo ? O que significa o ameríndio em face da pedagogia ? Eis a primeira preocupação que os órgãos de pesquisa verificarão e os de assistência executarão.

Para a pedagogia moderna o índio é um *retardado mental*. Não podemos nos orientar aqui com as pesquisas de Levy Bruhl, não porque os estudos do mestre da etnologia francesa consideram o ameríndio como possuidor de uma mentalidade primitiva, mas, principalmente, pela standardização da mentalidade primitiva. *E' a padronização de um tipo de mentalidade pre-lógica o que invalida a sua doutrina e dificulta a obra prática de civilização do índio. O critério que devemos adotar consiste em considerar o ameríndio como um retardado mental. O próprio retardamento mental se diferencia de acordo com os grupos específicos isolados.*

Como escreveu Robert Gault, professor da Universidade de Northwestern, os ameríndios são de boa qualidade intelectual, mas devido à falta de estímulo e ensino permanecem em baixos padrões intelectuais e, deste modo, se torna difícil a sua integração à cultura atual.

Portanto teríamos aqui uma série imensa de pesquisas a realizar : 1) o problema psicológico da inteligência ameríndia : possível correlação entre a inteligência e a raça ; 2) problema pedagógico do retardado mental ; 3) correlação entre o ambiente social, cultural e ecológico e a inteligência índia : possível formação da ecologia indígena.

b) *Organização do trabalho*. — A questão ensino se prende intimamente à questão trabalho. O problema do trabalho das minorias nativas se prende ao problema da escolha das profissões mais ajustadas à sua organização social. E' preciso que se procure ajustá-lo o mais possível, evitando conflitos nos padrões de sexo, propriedade

e mesmo de cultura. O erro da colonização portuguesa em matéria ameríndia e o erro da própria catequese jesuítica foi, principalmente, este : ter forçado o índio ao trabalho monótono, fixo e sedentário da agricultura mais ou menos organizada sem adaptações de qualquer espécie. Já tivemos oportunidade de esclarecer o nosso pensamento sobre a questão da ocupação do ameríndio (1), na qual concluímos afirmando que havia uma possível dificuldade de integração a certos níveis ocupacionais, impedindo a assimilação aos padrões de nossa cultura.

A solução estava e está no problema de educação vocacional e de orientação pessoal, escolhendo pelas "job analysis" as ocupações mais próximas e mais ajustadas às formas econômicas de sua organização social. E' a concordância entre o trabalhador ameríndio e as suas formas de trabalho — concordância física e psíquica — o que deve orientar a política ameríndia. O rendimento profissional no Brasil muito teria a lucrar e seria possível que o trabalho bem ajustado, como um *centro de interesse, incentivasse o tratamento do retardado pela terapêutica ocupacional*.

Problema de orientação pessoal (2), de educação vocacional e pre-vocacional e de ensino rural que prenda e fixe à terra o ameríndio, com aprendizados agrícolas, de pesca e de caça — as melhores ocupações — não será difícil a sua solução. Os estudos minuciosos, por meio de inquéritos, das indústrias locais para cujas necessidades se fizesse sentir a falta dos trabalhadores e das análises de ocupações, para se poder assim melhor ajustar "*the man in the right place*", seriam de alta significação teórica e prática para a solução do problema.

Mas é preciso frizar que com isso não só não desrespeitaríamos as tradições indígenas, como também não quebraríamos com certos padrões da vida indígena.

O respeito e a admiração pelas manifestações artísticas dessas *minorias nativas*, pelos trabalhos de certa sensibilidade como rendas, cintas e cerâmica indígena, nos fariam estimular a aumentar, pelo trabalho organizado, a produção esportiva.

c) *Organização da saúde*. — Finalmente a organização da saúde procuraria elevar o nível

(1) "O Ameríndio e a Civilização Ocidental".

(2) Preferimos usar a expressão *orientação pessoal*, hoje mais aceita do que *orientação profissional*.

higiênico das populações, aumentar a profilaxia e aconselhar a terapêutica científica.

Não se deve impor. Mas a possibilidade do tratamento pedagógico, pelos métodos aconselhados ao retardado mental, talvez viesse a facilitar o êxito dessa missão de humanidade e de *brasileirismo*.

O departamento de pesquisa, para orientar a secção de saúde, poderia propor uma série de trabalhos uteis e proveitosos. Dever-se-ia seguir a feliz orientação geográfica da medicina, procurando imprimir um caráter regional à medicina. Estudos sobre as condições geográficas das doenças, e as suas características regionais, aproveitando no que possível a própria medicina aborígine, muito facilitariam o êxito da missão de saúde (3).

O órgão central de direção e controle aprovaria os planos de estudos e inquéritos propostos pela divisão de pesquisa e, de acordo com as conclusões apresentadas, orientaria o Serviço de Assistência.

Cabe-nos, agora, tentar justificar porque consideramos essencial o conceito dos *grupos específicos*. Todas as tentativas de classificação dos indígenas brasileiros não podem, no caso, orientar as pesquisas.

As classificações mais conhecidas e discutidas, já que não queremos apreciar todas elas, são: 1) classificação jesuítica; 2) classificação linguística; 3) classificação antropogeográfica, de Roquette Pinto; 4) classificação cultural.

A classificação jesuítica representa o pensamento colonial em matéria indígena no Brasil. Não precisamos aqui rememorar as críticas e as objeções que se foram fazendo no decorrer dos estudos etnológicos mais objetivos e apurados. Seria longo, fastidioso e sem interesse no momento recordar deficiências tão flagrantes.

A classificação linguística de Martius, seguida dos estudos de Von Steinen e de Ehrenreich, baseava-se na fixação da estrutura gramatical da língua. Roquette Pinto apresentou notável crítica ao critério puramente linguístico, ao escrever: "Devo dizer, contudo, que acho pru-

dente aceitar, com muita reserva, a divisão dos nossos índios, feita deste modo sobre bases linguísticas. Os próprios linguistas são os primeiros a mostrar como podem falhar certas teorias" (4).

A classificação de Roquette Pinto apresentada ao Congresso Latino-Americano, tinha, na época, a vantagem de estar modernizada. A antropogeografia, em que se baseou Roquette Pinto para a sua classificação, se encontrava então no auge de sua posição científica. Roquette Pinto foi o primeiro a aplicar as leis antropogeográficas ao estudo e à classificação dos grupos ameríndios brasileiros.

A feição antropogeográfica da classificação de Roquette Pinto só encontraria em Alexandre Rodrigues Ferreira, o homem de ciência do Brasil do século XVIII, o seu grande precursor (5).

O seu grave defeito é ser demasiadamente histórica, preocupando-se com a disseminação dos índios brasileiros, isto é, com as migrações historicamente efetuadas através os caminhos fluviais; muito total, unindo tribus que hoje nitidamente se distinguem em pequenos grupos, com características específicas.

Essas ligeiras observações à classificação de Roquette Pinto procuram, apenas, mostrar que para a política, justa e civilizadora, o total não é suficiente. No caso prático, que nos interessa, é preferível considerar os grupos separadamente.

Além disso, como escreve Boas (6), "o erro da teoria do determinismo geográfico reside na suposição de que existem no globo tribus sem qualquer cultura, que têm de adaptar-se ao meio em que vivem. Não se conhece tribu sem alguma forma de cultura, mesmo na idade da pedra, talvez há 50.000 anos. O meio só pode agir sobre uma cultura e o resultado de suas influências depende da cultura sobre a qual atuam. A fertilidade do solo nunca criou a agricultura, porém quando a agricultura existe, está adaptada às condições geográficas".

Restaria ainda a moderna classificação por *áreas culturais*. Essa classificação oferece, entretanto, uma sucessão enorme de dificuldades. Em primeiro lugar, não temos, até hoje, nenhuma

(4) *Arqueologia e Etnografia*, 57.

(5) Distribuição geográfica dos índios — *Viagem Filosófica ao Brasil* — cap. XVI.

(6) *Anthropology and Modern Life*, pág. 231. London, Alle & Unwin Ltd...

(3) Zimmerman — *Annales de Geographie*, XX, 1911, pág. 109 — 111, cap. X, 2.

classificação neste sentido. Seríamos obrigados a recorrer às classificações norte-americanas, tão precárias e deficientes. A de Clarck Wissler e a de A. Kroeber, mesmo com as retificações posteriores de Wissler, apresentam falhas enormes em matéria de América do Sul. São absolutamente inaceitáveis porque, além de gerais e de amplas em exagero, são baseadas em critérios arqueológicos e pré-históricos.

Portanto, o mais acertado seria a adoção de um critério que pudesse unir a prática aos princípios teóricos. Deste modo, para que fosse possível a aceitação imediata de um método, se faria necessário nos basearmos nos princípios gerais dos culturalistas e no critério regional alheio às antigas classificações. Porque, deste modo, seria possível, pondo de lado as classificações antigas e errôneas ou modernas e deficientes ainda, seguirmos uma orientação cujos resultados não se fariam esperar.

Si é verdade que "o estudo das diferenças culturais entre os grupos revelou a existência de barreiras tão reais e efetivas quanto os obstáculos físicos de espaço e estrutura, variações de língua, de costumes, de hábitos, de convenções e de idéias separando indivíduos e nações tanto quanto oceanos e desertos (7), não é menos verdade que o caráter regional e geográfico veio comprovar a existência de grupos isolados.

A feição atual é, pois, a do isolamento específico. Isolamento como fator de preservação de individualidade e unidade. Os grupos que se isolam, passando a se diferenciar linguística e culturalmente, assumem o aspecto presente de pequenos grupos isolados e específicos, isto é, com características próprias de adaptação local.

Devemos, assim, cuidar de fazer a análise de cada grupo. Análise regional etnológica.

E' por isso que frisamos, em várias passagens deste trabalho — que pretendemos depois dividir em pequenos ensaios — a necessidade de termos em vista este caráter de *grupo específico isolado*. Este é o caráter atual e, assim, aquele que nos deve preocupar.

Para isso devemos iniciar a *formação de uma etnologia da atualidade ameríndia brasileira*.

Parecerá, naturalmente, audaciosa e um pouco ingênua a idéia da formação de uma etnologia da atualidade ameríndia. Isso não nos incomoda, ao contrário, parece-nos útil e proveitosa a inovação que propomos.

A etnologia da atualidade ameríndia assim como a sociologia da atualidade brasileira, perdendo o caráter histórico, assumindo a feição do presente, poderiam, teoricamente, facilitar a obra humana, justa, boa e imensa de civilização dos índios do Brasil.

Não se trataria mais de vigilância, de proteção, e sim de trazê-los à cultura do Brasil para tornar possível a concórdia dos brasileiros com as minorias nativas que precisam, não de proteção, mas de alevantamento. E este verdadeiro soerguimento dos ameríndios resultaria num imenso lucro para a civilização do interior.

A sondagem vertical e horizontal do complexo ameríndio presente só é possível a uma técnica científica que descreva os processos históricos em movimento. E' o que Karl Mannheim chama de esforço para descobrir *no ser o deve ser*.

(7) *Introduction to the Science of Sociology* — Park and Burgess.